

# TJ-PI

## ANALISTA - AUDITOR

aprova  
concursos

Tribunal de Justiça do  
Estado do Piauí

**Checklist** de estudos

## ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO

**Olá, estudante!**

O **Aprova Concursos** preparou um material exclusivo para você organizar as revisões ao longo da sua preparação. As revisões são fundamentais para retenção do conhecimento. Como há vários assuntos para serem estudados, é preciso organização quanto ao conteúdo que já foi revisado e o que ainda precisa ser revisto. A tabela que elaboramos pode ser usada para garantir o controle das revisões.

Vamos explicar como ela funciona.

### REVISÕES

- Quando ocorrerão as revisões?
- A primeira revisão ocorrerá até 24 horas depois do dia que a aula foi assistida.
- A segunda, 7 dias após a visualização da videoaula.
- A terceira, 30 dias após, a visualização da videoaula.

PRIMEIRA REVISÃO	1	24 HORAS
SEGUNDA REVISÃO	2	7 DIAS
TERCEIRA REVISÃO	3	30 DIAS

Aqui colocamos um exemplo de como a tabela fica quando preenchida com as datas em que as revisões foram feitas. Se a videoaula foi assistida em 06/08, as revisões ficariam da seguinte forma:

MATEMÁTICA	REVISÕES		
	1 - 24h	2 - 7 dias	3 - 30 dias
Porcentagem	07/08	13/08	05/09

Depois de realizar a revisão, marque um "X" no quadro.

MATEMÁTICA	REVISÕES		
	1 - 24h	2 - 7 dias	3 - 30 dias
Porcentagem	<del>07/08</del>	13/08	05/09



Logo após a visualização da videoaula, para evitar esquecimento, anote as datas das revisões na tabela.

## QUESTÕES

### FIXAÇÃO DE CONHECIMENTO

É importante a resolução de questões **logo após a visualização da aula**.

### NÚMERO DE QUESTÕES

Resolva, **no mínimo, 10 questões** para cada assunto.

### QUESTÕES DA BANCA QUE ORGANIZA O CONCURSO

Cada banca tem características próprias. **Utilize o site de questões do Aprova para filtrar questões da instituição que organiza o seu concurso (clique**

**aqui**). Caso não exista um edital em aberto no momento dos seus estudos, utilize como referência a banca que realizou o último concurso.

### ANOTE O PERCENTUAL DE ACERTO NA TABELA

Assim que realizar as questões, **anote o percentual de acerto na tabela**. Sempre há itens que apresentam maior dificuldade de aprendizagem. O baixo percentual apontará quais são esses assuntos. Veja o exemplo:

QUESTÕES		
TOTAL	ACERTEI	%
20	14	70%

LÍNGUA PORTUGUESA	QUESTÕES			REVISÕES		
	TOTAL	ACERTEI	%	1ª - 24 h	2ª - 7 dias	3ª - 30 dias
Leitura e análise de textos de diferentes gêneros textuais.						
Linguagem verbal e não verbal.						
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto.						
Significados contextuais das expressões linguísticas.						
Organização do texto: Fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade).						
Progressão temática.						
Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal.						
Tipos de argumento.						
Funcionalidade e características dos gêneros textuais oficiais: ofício, memorando, e-mail, carta comercial, aviso etc.						
Uso dos pronomes.						
Pontuação.						
Características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico etc.).						
Organização da frase: Processos de coordenação e de subordinação.						

Verbos que constituem predicado e verbos que não constituem predicado.						
Tempos e modos verbais.						
Concordância verbal e nominal.						
Regência dos nomes e dos verbos.						
Constituição e funcionalidade do sujeito.						
Classes de palavras.						
Formação das palavras.						
Composição, derivação.						
Ortografia oficial.						
Fonemas.						
Acentuação gráfica.						
Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica.						
Variação entre modalidades da língua (fala e escrita).						
Norma e uso.						
<b>LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA</b>	<b>QUESTÕES</b>			<b>REVISÕES</b>		
	TOTAL	ACERTEI	%	1ª - 24 h	2ª - 7 dias	3ª - 30 dias

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994 e suas alterações).						
Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual nº 230/2017).						
Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Resolução nº 02 de 12 de novembro 1987 e suas alterações).						
Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 e suas alterações).						
<b>CONTABILIDADE GERAL</b>	<b>QUESTÕES</b>			<b>REVISÕES</b>		
	TOTAL	ACERTEI	%	1ª - 24 h	2ª - 7 dias	3ª - 30 dias
Contabilidade geral – Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido.						
Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Contas patrimoniais e de resultado.						
Sistema de contas e plano de contas.						
Regime de competência e regime de caixa.						
Método das partidas dobradas.						
Escrituração de operações típicas.						
Apuração de resultados; critérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado).						
Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP):						
conceito, objeto, objetivos, campo de aplicação e limitações da CASP;						

aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da CASP;						
princípios da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.						
Procedimentos contábeis patrimoniais:						
patrimônio público: conceito e classificação jurídica e contábil;						
variações patrimoniais;						
mensuração de ativos e passivos;						
ativo imobilizado e ativo intangível;						
reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão;						
transações sem contraprestação;						
provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.						
Inventário: conceito, princípios, fases e avaliação dos elementos patrimoniais;						
Plano de Contas Aplicado Ao Setor Público (PCASP): conceito, diretrizes, sistema contábil, registro contábil, composição do patrimônio público, conta contábil, estrutura básica;						
Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público:						
balanço orçamentário;						
balanço financeiro;						
balanço patrimonial;						
demonstração das variações patrimoniais;						
demonstração dos fluxos de caixa;						
demonstração das mutações do patrimônio líquido;						
demonstrativos fiscais:						

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF);						
prestação de contas nas entidades públicas;						
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT – SP);						
Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).						
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e atualizações;						
Lei nº 4.320/1964;						
Portaria STN nº 553/2014: Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 6ª edição;						
administração orçamentária e financeira: conceitos e princípios orçamentários;						
classificações orçamentárias: conceitos, estágios e classificações da despesa e da receita públicas;						
ciclo orçamentário: sistema e processo orçamentário;						
elaboração da proposta orçamentária;						
mecanismos de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual);						
mecanismos retificadores do orçamento (créditos adicionais);						
execução orçamentária e financeira;						
controle e avaliação da execução orçamentária.						
Portaria STN nº 700/2014: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, 6ª edição.						
Dívida ativa.						
Regime de adiantamento (suprimento de fundos).						
Restos a pagar.						

Despesas de exercícios anteriores.						
Dívida pública.						
Descentralização de créditos.						
Decreto nº 93.872/1986.						
Licitações – Lei nº 14.133/2021: objetivos, objeto, princípios, modalidades, condições e critérios para habilitação e julgamento, tipos de licitação e sanções.						
Auditoria e controle na Administração Pública:						
auditoria: finalidades, objetivo, formas, tipos, conceitos relevantes, obrigatoriedade, legislação aplicável, independência, competência profissional, responsabilidade social, âmbito do trabalho e execução do trabalho.						
Normas de auditoria: relativas à execução dos trabalhos, relativas à opinião do auditor, relativas aos relatórios e pareceres.						
Normas brasileiras e internacionais para o exercício da auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho, tipos de pareceres e administração do órgão de auditoria interna.						
Técnicas e procedimentos de auditoria: planejamento dos trabalhos, programas de auditoria, papéis de trabalho, testes de auditoria, amostragem estatística em auditoria, eventos e transações subsequentes, revisão analítica, entrevista, conferência de cálculo, confirmação, interpretação das informações, observação.						
Procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis.						
Controle da Administração Pública:						
controle interno e controle externo;						
conceito;						
abrangência.						
Sistema de controle externo.						



Controle externo no Brasil.						
Controles externo e interno na Constituição da República Federativa do Brasil.						
A Constituição e o controle externo:						
fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;						
aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade;						
Lei nº 8.429/1992, Decreto-Lei nº 201/1967.						